

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE

CELSO ANTONIO FAVERO
STELLA RODRIGUES DOS SANTOS

6

GÊNERO E
POPULAÇÕES
ESPECÍFICAS

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE¹

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS TERRITÓRIOS, HEGEMONIAS, PERIFERIAS E AUSÊNCIAS

CELSO ANTONIO FAVERO - DOUTORADO (PHD) EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSITÉ DU QUÉBEC À MONTRÉAL (UQAM), PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB), MEMBRO DO “NÚCLEO DE COOPERAÇÃO E AÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA” (UNEB) E DO “GRUPO DE PESQUISA TERRITÓRIOS, HEGEMONIAS, PERIFERIAS E AUSÊNCIAS”.

STELLA RODRIGUES DOS SANTOS - DOUTORADO EM EDUCAÇÃO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC/SP), PROFESSORA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB), MEMBRO DO “NÚCLEO DE COOPERAÇÃO E AÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA” (UNEB) E DO “GRUPO DE PESQUISA TERRITÓRIOS, HEGEMONIAS, PERIFERIAS E AUSÊNCIAS”.

1 O ARTIGO É RESULTADO DE PESQUISAS REALIZADAS COM BASE NO PROJETO “A APROPRIAÇÃO, O USO E A REPRESENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO E OS DESLOCAMENTOS NAS ESTRUTURAS E NAS DINÂMICAS FAMILIARES”, COM FINANCIAMENTO DO CNPQ, EDITAL MCT/CNPQ N. 036/2010. AS PESQUISAS FORAM REALIZADAS PELO GRUPO DE PESQUISA TERRITÓRIOS, HEGEMONIAS, PERIFERIAS E AUSÊNCIAS COM A CONTRIBUIÇÃO SIGNIFICATIVA DOS SEGUINTE ESTUDANTES DO DCH1 DA UNEB (TODOS BOLSISTAS ITI, DO CNPQ): ANA TERRA PAES MIRANDA DE OLIVEIRA, CAROLINE DUMAS OLIVEIRA, CAROLYNE CAETANO SANTOS DO ROSÁRIO, IÊDA CARVALHO MARTINS, JOSÉ SILVANO S. RIOS JÚNIOR, LARISSA ELISIA COSTA DOS SANTOS, LUANA FLORA VEIGA SOUTO, LUANNA MARTINS SANTOS SOUZA, MAIARA BATISTA DOURADO, PAULA COSTA REZENDE E THAMIRES DE JESUS SANTOS.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Semiárido do Nordeste do Brasil reapareceu no mapa como “fronteira” ou lugar onde se revelam, de modos mais plenos, os encontros/desencontros entre a humanização e a desumanização, o interno e o externo, o ordinário e o extraordinário (MARTINS, 2008, p. 9-10); é nesse Semiárido que o “homem comum” (MARTINS, 2008), “simples” (IANNI, 1968), “ordinário” (CERTEAU, 1994) e “sem qualidades” (MUSIL, 2006), na figura do agricultor familiar, ao mesmo tempo em que se acomoda se rebela e produz efeitos sobre o “homem de qualidade”, cuja expressão maior é, hoje, o Agente/Estado.

Neste trabalho, considerando esse contexto, a intenção é fazer um mapa dos encontros/desencontros entre esses personagens e, essencialmente, dos modos como o agricultor familiar, apropriando-se e usando programas de políticas como o Programa Bolsa Família (PBF), que o transformou de agricultor em “beneficiário”, refaz as tramas do que constitui a sua vida ordinária, torna-se sujeito e produz a “Convivência com o Semiárido”². Destituído dessa sua qualidade, o agricultor/beneficiário retorna como agricultor, afeta o “homem de qualidades”, tornando-se para ele “um perigo” e provocando a sua reação (MUSIL, 2006, p. 86). O Estado, expressão do “homem de qualidades”, agente de transferência de dinheiros e “sistema de peritos” (GIDDENS, 1991), e os agricultores familiares, “beneficiários”, são, portanto, os sujeitos principais dessas tramas.

É, pois, pelas portas do PBF e da “Convivência com o Semiárido” que, neste trabalho, se faz a aproximação com o agricultor familiar e, através dele, com o Estado. A “Convivência” constitui-se como uma fenda através da qual se encontram os agricultores familiares envolvidos na produção do chão onde cultivam a sua vida; a “Convivência” expressa, igualmente, as contradições entranhadas nas relações do agricultor com outros personagens nos processos de produção desse chão; mas, contraditoriamente, hoje, em meio às perturbações do novo tempo, tem-se a impressão que essa mesma “Convivência” tende a ser um “fio da meada” perdido.

OPROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA E AS RELAÇÕES
DE GÊNERO E GERAÇÃO
NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SEMIÁRIDO
DO NORDESTE

2 NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, A “CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO” TORNOU-SE UM LEMA AO REDOR DO QUAL SE ARTICULAM ATORES E PROJETOS ACADÊMICOS, POLÍTICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E DE PRODUÇÃO DE VIDA. NO ENTANTO, AINDA ATUALMENTE, TRÊS OUTRAS LEITURAS DO SEMIÁRIDO COMPETEM COM ESTA. NA PRIMEIRA, TRADICIONAL, A REGIÃO EMERGE COMO UMA ESPÉCIE DE CARICATURA, ONDE A DISSIMULAÇÃO E A TEATRALIZAÇÃO TOMAM O LUGAR DA REALIDADE, TRANSFORMANDO-A NUM SÍMBOLO QUE É FONTE DE UMA PROFUSÃO DE SENTIMENTOS, VISÕES E COMPREENSÕES, TAIS COMO MEDO, VERGONHA, ESPANTO, INTOLERÂNCIA, HORROR; ESSA VISÃO É, AINDA, FORTEMENTE VINCULADA À DE EXCLUSÃO SOCIAL, LUGAR DE CARÊNCIA E DE AUSÊNCIA DE DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS RELEVANTES, INIBINDO A PERCEPÇÃO DE EXPRESSÕES COMO A REVOLTA. COMO REAÇÃO DAS ELITES MODERNIZANTES CONTRA ESSA VISÃO QUE ELA CONSIDERA “NEGATIVA”, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, PRODUZIU-SE OUTRA, COMO UMA ESPÉCIE DE CONTRAPONTO “POSITIVO”, QUE ABRE O SEMIÁRIDO PARA EMPREENDIMENTOS EXTERNOS CONSIDERADOS PORTADORES DA MODERNIDADE, DO BEM CONTRA O MAL, DA RACIONALIDADE CONTRA A IRRACIONALIDADE; NESSA PERSPECTIVA, PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO, SE REQUER UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA EMPREENDEDORA, QUE SERIA PRODUZIDA PELA VIA DA DISSEMINAÇÃO DE PROJETOS COM CARÁTER “QUASE” MISSIONÁRIO E SALVADOR E DA INCLUSÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS AO ESPÍRITO EMPREENDEDOR PELA VIA DA “CAPACITAÇÃO”. A TERCEIRA ABORDAGEM, MAIS RECENTE, ENTENDE QUE O EMPREENDEDORISMO INSTITUIU A COMPETIÇÃO NÃO APENAS ENTRE ATORES SOCIAIS E ECONÔMICOS, MAS TAMBÉM ENTRE REGIÕES, DANDO ORIGEM A REGIÕES PRODUTORAS DE RIQUEZAS E, AO MESMO TEMPO, A REGIÕES CONSUMIDORAS DE RIQUEZAS. MAS, DENTRO DESSA VISÃO, PARA ENFRENTAR ESSE DESEQUILÍBRIO REGIONAL PRODUZIDO PELA COMPETIÇÃO, QUE SERIA “NATURAL” AO CAPITAL, E EM NOME DO PRÓPRIO CAPITAL, O ESTADO ASSUME O PAPEL DE DISTRIBUIDOR DE RIQUEZAS, GERANDO UM MAPA ONDE SE COMBINAM REGIÕES PRODUTORAS DE RIQUEZAS COM REGIÕES DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS, PRINCIPALMENTE DE RENDA. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA SE ENQUADRAM PERFEITAMENTE NESSE MODELO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO.

O PBF, por sua vez, permite ingressar num sistema de produção de aparatos simbólico-normativos que é, igualmente, um "sistema de peritos", de modo que ele é entendido, aqui, como "programa oficial" e, ao mesmo tempo, como mecanismo de um sistema que só se realiza quando absorvido e refeito nas tramas da vida dos seus "beneficiários". Ele constitui-se, assim, do mesmo modo que a "Convivência", como espaço de produção de tensões e conflitos, como afirmação e negação, para o que a transferência de dinheiro, as "condicionalidades" e os conselhos dos peritos são os termos mais significativos.

Mas, se a agricultura familiar é o chão da pesquisa, os personagens que estão na "porta" deste chão são famílias de agricultores "beneficiárias" do PBF. Mas, além de ser o personagem que está na porta, e além de constituir-se como a unidade básica desta investigação, a família aparece como um personagem que produz e participa de redes sociais que envolvem, entre outras, figuras como a do "fazendeiro", do dono do mercado e do Agente/Estado, principalmente o Estado do PBF. A família é, ao mesmo tempo, uma unidade na interior da qual, principalmente nos momentos de crise, as contradições e os conflitos tendem a colocar em evidência as relações de gênero e gerações. Homens e mulheres, adultos, jovens e crianças: as posições desses personagens no campo/família, além das suas disposições, tornam-se problemas, objetos de disputas. É assim que, seguindo os trajetos dessas famílias ou de alguns dos seus membros, torna-se possível identificar, inclusive, os contornos dessas redes ou dos territórios que elas produzem. Semiárido, Agricultura Familiar, Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda e Gênero/Geração são as chaves que permitem abrir as portas para a realização do estudo.

A agricultura familiar do Semiárido, chão/personagem da pesquisa, não é homogênea e destituída de história. Nas últimas décadas, a ideia de "Convivência com o Semiárido" tornou-se um novo modo de aproximação desse personagem/região, da sua diversidade e da sua história; tornou-se, também, um lema ao redor do qual se articularam projetos acadêmicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e de produção de vida; tornou-se, principalmente, arena para o enfrentamento de outras designações do Semiárido, que transformaram a região na sua caricatura, num modo de dissimulação e teatralização e em fonte de uma profusão de sentimentos, visões e compreensões, tais como medo, vergonha, espanto, intolerância, horror. Transformada em sinônimo de irracionalidade, entre os anos 1970-2000 tornava-se legítima e necessária, em nome do seu desenvolvimento, a atração de agentes externos portadores da modernidade e da racionalidade, e de projetos com caráter "quase" missionário e salvador, que deram origem, primeiro, a territórios empreendedores e a territórios perdedores (HARVEY, 2006) e, mais recentemente, a territórios produtores de riquezas e outros consumidores de riquezas, com o que se esvai a própria ideia de "Convivência com o Semiárido".

Evidentemente, nenhuma dessas leituras do Semiárido é neutra. Elas pautam projetos, políticas, debates. Criam personagens e desqualificam outros. Produzem semiáridos e, igualmente, políticas para esses semiáridos. É nesse contexto, ainda, que sujeitos sociais – indivíduos, grupos sociais e territórios – produzem trajetos e deslocamentos, transformando o próprio "chão" da vida e as rotinas do seu cotidiano. Nesses trajetos que passam por "entre objetos cujas propriedades interagem com as suas capacidades" (GIDDENS, 2003, p. 132), os agentes produzem os

contornos dos seus territórios e, às vezes, os “desencaixes” (GIDDENS, 1991) ou deslocamentos.

Para Giddens, destacam-se, atualmente, dois tipos de mecanismos de desencaixe que estão “intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas”. O primeiro tipo ele denomina “fichas simbólicas”, que seriam os “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (GIDDENS, 1991, p. 25). De acordo com este autor, apesar de reconhecermos diversos tipos de fichas simbólicas, atualmente, a mais importante é, sem sombra de dúvidas, o dinheiro, que “possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço”; e, principalmente, na medida em que “dessocializa” relações sociais (IBID, p. 27). O segundo tipo de mecanismo de “desencaixe” é constituído pelos “sistemas de peritos” ou de “excelência técnica”, “que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”, e que se impõem, em grande medida, por meio de crenças que alicerçam vidas. Em comum com o dinheiro, os sistemas de peritos “removem as relações sociais das imediações do contexto” (IBID, p. 31).

Ao se apropriarem do PBF - que se apresenta dinheiro e sistema de crenças que alicerça vidas - e ao assimilá-lo como ingrediente extraordinário para a produção da vida ordinária, portanto, os “beneficiários” agricultores familiares requalificam-no requalificando a própria realidade que constitui a sua vida-rotina. Com esse ato desloca-se, por exemplo, o eixo que estruturava os modos de produção da vida, que transitará do campo da “produção agropecuária” no estabelecimento para o da produção/apropriação de dinheiros. Exceto em algumas áreas do Semiárido, como nas irrigadas, a qualidade “agricultor familiar” quase desapareceu para reaparecer na identidade do “beneficiário” de políticas de assistência e do consumidor. Mas, ao mesmo tempo, ela não aniquila o agricultor familiar que, na sua rotina, modela a vida nos termos da agricultura familiar, transformada pela presença/ação do Estado.

Falou-se durante muito tempo que o agricultor familiar é um personagem pluriativo. Nas novas circunstâncias, ele se torna ainda mais complexo. Essa constatação coloca, já de saída, um problema para os estudos sociológicos sobre a agricultura familiar: o que é essa agricultura familiar? Quem é o agricultor familiar no Semiárido do Nordeste?

Não é o caso, neste trabalho, de retomar o fio do debate teórico, frequentemente bastante emotivo, sobre a agricultura familiar, mesmo porque já se dispõe de material bastante razoável tratando disso (SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 2009; CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009). Em contrapartida, em termos mais propriamente descritivos, para as finalidades deste trabalho, parte-se da ideia de que a agricultura familiar no Semiárido não se constitui como um ente dessocializado e deslocado das dinâmicas sociais, políticas e econômicas; que ela se produz no encontro/desencontro com outros personagens e dinâmicas.

Eric Sabourin, por exemplo, ao introduzir os seus estudos sobre o problema, retoma a distinção feita por Eme e Laville entre “a economia mercantil capitalista (a troca), a economia pública (associada à redistribuição do Estado) e a economia

gratuita, não mercantil, ou não monetária, assimilada ao princípio da reciprocidade (SABOURIN, 2009, p. 258). Em seguida, como desdobramento dessas ideias, o autor recupera o fio da discussão elaborada por Odile Castel, que distingue os motivos que estruturam cada um desses três regimes de economia:

o enriquecimento pessoal, por meio da maximização do lucro, motivo das atividades de troca capitalista; o compartilhamento, por meio da redistribuição praticada pelo Estado (serviços e auxílios públicos) ou por meio das atividades de proteção a bens e pessoas (seguros das associações e sociedades mutualistas); e a solidariedade econômica, realizada pela reciprocidade, motivo que fundamenta não só as atividades de ajuda mútua, como também as cooperativas e associações (SABOURIN, 2009, p. 259).

Com isso, Castel, e em seguida Sabourin, recolocam o problema da tensão entre as situações objetivas postas pela economia e pela política e os interesses subjetivos dos sujeitos sociais. Além disso, no seu trabalho, Sabourin situou na história a tensão entre os três regimes de economia para mostrar como, nos diversos territórios do semiárido brasileiro, os atores recombina de modos originais essas economias para produzirem distintos sistemas de sociabilidade e distintas trajetórias.

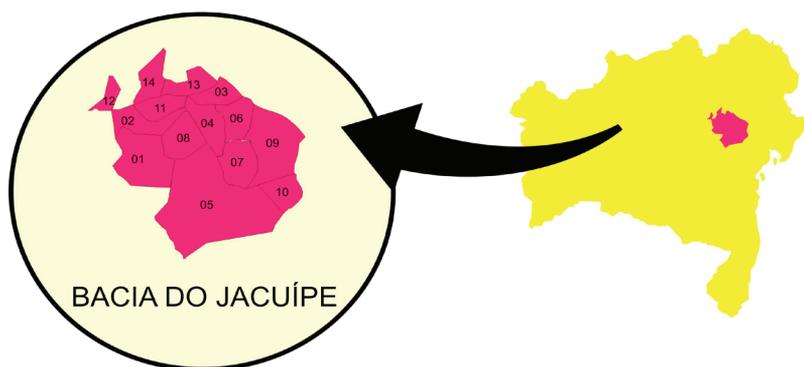
Considerando essa trajetória que coloca em evidência as tensões entre as três economias e, desse modo, as tensões entre personagens situados em campos distintos, convém destacar que, a partir dos anos 1980, quando o Estado (economia pública) tornou-se o agente principal para a produção desses territórios, criando, inclusive, as condições para a expansão da economia mercantil e para o encolhimento da economia gratuita (e das relações sociais de reciprocidade que acompanham essa economia), os modos de sua presença passaram por grandes mudanças até chegarmos ao Estado Assistente Social pautado por Políticas Públicas de Transferência Condicionada de Renda e, principalmente, pelo PBF. É, enfim, desse Estado, na sua relação com o agricultor familiar “beneficiário” dessas políticas, que se trata neste trabalho.

Para a produção deste trabalho, além de deslocamentos no plano teórico, foram introduzidos outros no plano metodológico, que permitem a percepção da produção das políticas públicas nesse encontro/desencontro entre o Estado e os “beneficiários”³. Para isso foi elaborada uma estratégia que permitiu ao investigador fazer uma maior aproximação do agricultor que, de um jeito ou de outro, sempre e silenciosamente, escapa às conformações estabelecidas pelos mecanismos de dominação e de organização da vida social que lhe atribuem um lugar, um papel e produtos a consumir. Entendeu-se, também, que o modo mais adequado para apreender/sistematizar conhecimentos passa pela produção de mapas. Supõe-se, para isso, que

todos os conceitos com que representamos a realidade e à volta dos quais construímos as diferentes ciências sociais e suas aplicações, a sociedade e o Estado, o indivíduo e a comunidade (...), todos estes conceitos têm uma contextura espacial, física e simbólica, que nos tem escapado pelo fato de nossos instrumentos analíticos estarem de costas viradas para ela, mas que, vemos agora, é a chave da compreensão das relações sociais de que se tece cada um destes conceitos (SANTOS, B., 2000, p. 197).

Os mapas servem, portanto, como matrizes das referências que localizam os conceitos nos espaços. Isso não significa, como alerta o autor, que os mapas existem, mas que são modos de representar, apreender e organizar o real; são "distorções reguladas da realidade, distorções organizadas de territórios que criam ilusões creíveis de correspondência" (IBID, p. 197).

BAHIA TERRITÓRIO DE IDENTIDADE



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS
BACIA DO JACUIPE	1- Baixa Grande, 2- Mairi, 3- Gavião, 4- Capela do Alto Alegre, 5- Ipirá, 6- Nova Fátima, 7- Pé de Serra, 8- Pintadas, 9- Riachão do Jacuípe, 10- Serra Preta, 11- Várzea da Roça, 12- Várzea do Poço, 13- S. José do Jacuípe, 14- Quixabeira.

FONTE: [HTTP://WWW.SEAGRI.BA.GOV.BR/MAPA_BACIADOJACUIPE.PDF](http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_baciadojacuipe.pdf)

Para atender as demandas da produção de informações, primeiro, retomaram-se resultados de investigações anteriores realizadas no mesmo território, e, em seguida, concentrou-se a investigação em cinquenta famílias (50) de agricultores "beneficiárias" do PBF, vinculadas a cinco comunidades localizadas em cinco municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe (TIBJ), localizado no semiárido da Bahia⁴.

Após a identificação das comunidades participantes, os pesquisadores, munidos de técnicas artesanais, foram para as comunidades onde fizeram observação. Além

OPROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA E AS RELAÇÕES
DE GÊNERO E GERAÇÃO
NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SEMIÁRIDO
DO NORDESTE

4 A DIVISÃO DA BAHIA EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE FOI REALIZADA EM 2003, E, EM 2007, FOI INCORPORADA PELO GOVERNO NAS SUAS ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO. VER: [HTTP://WWW.SEPLAN.BA.GOV.BR/MAPA_TERRITORIOS.HTML](http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html)

de ficarem durante três dias nas casas das famílias envolvidas na pesquisa, com membros dessas famílias, visitaram feiras, postos de saúde, escolas, igrejas, com a finalidade de conhecerem os trajetos e as redes de sociabilidade das famílias e dos seus membros e de, a partir desses caminhos nos espaços/tempos, conhecerem deslocamentos sociais.

Não se pretende, no entanto, neste trabalho, fazer um mapeamento exaustivo das continuidades/deslocamentos que afetam, atualmente, as relações de gênero e geração na agricultura familiar do TIBJ. Pretende-se elaborar um conjunto de mapas que permitam identificar esses movimentos, considerando, especificamente, os sistemas e as estratégias familiares de produção de vida, os sistemas de distribuição das tarefas nas unidades familiares, as ações de produção de sociabilidades e os processos de reestruturação dos hábitos alimentares e dos cardápios familiares.

Para a sua apresentação, o trabalho foi estruturado em duas partes, além desta introdução, onde são apresentadas as linhas gerais das abordagens teórica e metodológica que estruturaram o trabalho. Segue-se com a caracterização da agricultura familiar do TIBJ e dos “beneficiários” do PBF e, finalmente, com a apresentação e análise dos resultados da pesquisa qualitativa.

CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR, DAS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E DOS BENEFICIÁRIOS DO PBF

Quais são as características principais da agricultura familiar do TIBJ? Quem são os agricultores “beneficiários” do PBF? Quais são as características das Políticas Públicas atualmente dominantes na agricultura familiar do Território? Que importância elas apresentam para a sustentabilidade dessa agricultura? Nesta parte do trabalho, com base em dados secundários, são delineadas algumas dessas características, o que favorecerá, para o próximo capítulo, o entendimento da relação entre esses personagens e o Estado.

A AGRICULTURA FAMILIAR DO TIBJ

O TIBJ tem 10.954 Km² e 233.682 habitantes (CENSO IBGE, 2010). Nos últimos vinte anos, perdeu populações de modo significativo: entre 1991 e 2000, a população total do Território diminuiu em 13,9% e, entre 2000 e 2010, em 2,77%. Mas, enquanto alguns municípios viveram processos intensos de evasão populacional, como Gavião (-53,6%) e Capela do Alto Alegre (-48,7), em outros, como Pintadas (-0,61%) e Várzea do Poço (-2%), a evasão foi menos significativa. O fenômeno é parte de uma tendência geral dos últimos vinte anos para todo o Semiárido do Nordeste.

O que mais chama a atenção, no entanto, nesse contexto, é a evasão de populações rurais. Apesar das dificuldades que se tem para distinguir, nessa região, o

rural do urbano⁵, e considerando os dados das coletas feitas pelo IBGE, percebe-se que a assimetria entre o rural e o urbano no que se refere à evasão de populações é bastante evidente. Entre 1991 e 2007, a população rural do Território diminuiu em 57,2%; chama a atenção, igualmente, a mudança nas proporções entre população urbana e população rural: em 1991, a população rural equivalia a 72% do total; em 2000, ela havia caído para 58%. Isso significa, por um lado, que a evasão de populações rurais é maior que a urbana; por outro, que parte dos que saem do campo podem ser reencontrados nas cidades da própria região. Mas, foi exatamente no primeiro período (1991-2000) que a evasão rural foi mais significativa no Território: em nove anos ela atingiu mais de 41%.

No panorama social, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em dezembro de 2008, o TIBJ detinha um dos mais altos índices de pobreza de todo o Semiárido (78% das famílias eram consideradas pobres) e um dos maiores índices de “beneficiários” do PBF (74% da população, e 80% dos agricultores familiares eram beneficiários do PBF)⁶. A taxa de analfabetismo era de 32 %; a de abastecimento de água, 35,1% e a de esgotamento sanitário urbano, 30,6%.

Um olhar para a estrutura fundiária do Território contribui para melhor entender essa situação. De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 2006 o TIBJ possuía 27.429 estabelecimentos rurais. Desses, mais da metade (51,5%) tinham menos de 10 hectares e mais de 94% tinham até 100 ha.; 70 estabelecimentos (0,25% do total) tinham mais de 1.000 ha⁷. Além disso, de acordo com o “Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável” do TIBJ (CODES, 2010), atualmente, mais da metade das terras dos municípios da Bacia é devoluta e 105 imóveis do Território, envolvendo 76.771,50 ha de terras (quase 8% do total das terras), são improdutivos.

A contribuição da agricultura familiar na produção de valor não mudou muito entre 1990 e 2007. De acordo com dados do IBGE, em 2007, ela participava com 93% dos estabelecimentos, 54,6% da área⁸ e 66% do valor bruto. O valor médio anual bruto produzido por estabelecimento agropecuário era, então, de R\$

5 JOSÉ ELI DA VEIGA (2004) PROPÕE COMO MODELO PARA O ESTABELECIMENTO DA DISTINÇÃO ENTRE URBANO E RURAL A COMBINAÇÃO DE TRÊS VARIÁVEIS PRINCIPAIS: 1) O “GRAU DE ARTIFICIALIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS”, QUE SERIA DECORRENTE DA AÇÃO DA “ESPÉCIE HUMANA”; E QUE, PARA A AMÉRICA LATINA, SOMADAS AS ÁREAS ARTIFICIALIZADAS E SEMI-ARTIFICIALIZADAS, NÃO ULTRAPASSA OS 38% (VEIGA, 2004: 39); 2) A DENSIDADE POPULACIONAL, PARA O QUE ELE INDICA ALGUNS PARÂMETROS, COMO O DA OCDE PARA A UNIÃO EUROPEIA, ONDE SE CONSIDERA RURAL UMA ÁREA COM MENOS DE 150 HABITANTES POR KM²; 3) O GRAU DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

6 EM DEZEMBRO DE 2008, HAVIA 35.698 FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS; EM AGOSTO DE 2009, ESTE NÚMERO SUBIU PARA 37.985 (O QUE PROVOCA UM IMPACTO SIGNIFICATIVO NOS ÍNDICES RELATIVOS, CERTAMENTE).

7 SEGUNDO O QUE ESTABELECE A LEI 8.629/1993, PEQUENA PROPRIEDADE É O ESTABELECIMENTO COM ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS; PARA O SEMIÁRIDO DO NORDESTE, O MÓDULO FISCAL TEM ENTRE 25 E 35 HECTARES. PORTANTO, QUASE 95% DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO TIBJ SÃO PEQUENAS PROPRIEDADES.

8 A ÁREA MÉDIA DESSES ESTABELECIMENTOS É DE 19,2 HECTARES E 51,5% DO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS TÊM MENOS DE 10 HECTARES.

1.101,81 (com valor médio mensal de R\$ 91,81)⁹, ou seja, valores que indicam a insustentabilidade das famílias quando pensada unicamente a partir da produção no estabelecimento.

Essas informações permitem a elaboração de um perfil socioeconômico para a agricultura familiar do Território, onde se conjugam: 1) consideráveis perdas de populações; 2) amplo predomínio da agricultora familiar; 3) persistência de uma produção agropecuária de baixa produtividade, relativamente pouco extensa, utilizadora de tecnologias bastante simples e voltada essencialmente para a subsistência; 4) situação generalizada de pobreza; 5) diversidade de situações vividas pelas populações e, principalmente, diversidade de situações de pobreza, marcadas por diferentes combinações de formas de carências materiais desdobradas em uma multiplicidade de planos ou de âmbitos de vida.

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AFETAM A AGRICULTURA FAMILIAR DO TIBJ

Hoje, três conjuntos/tipos de políticas afetam mais diretamente, cada um de seu modo, a agricultura familiar do TIBJ: as políticas de desenvolvimento (e de combate à pobreza), de previdência e de assistência social. Mas, para os fins deste trabalho, limitamo-nos a esboçar linhas gerais de políticas que influenciam mais profundamente nos modos de produção de vida na agricultura familiar da região.

Uma das maiores fontes de transferência de dinheiro para o TIBJ são as aposentadorias. Em 2008 havia 38.971 benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) no TIBJ; desse total, mais de 81% eram rurais. O total de recursos transferidos pela previdência nesse ano, para o Território foi de R\$ 200.396.411,00, ou seja, mais que o total das transferências municipais. Alguns casos aparecem como singulares. Por exemplo, o município de Serra Preta, que tinha 15.039 habitantes em 2007, contava com 4.164 benefícios previdenciários (28% ou 1/3 da população; ou um benefício para cada 3,6 pessoas). Para o conjunto do Território, havia um benefício para cada 6,1 habitantes. Mais curioso, ainda, fica quando comparamos a população rural do Território e o número de benefícios previdenciários: 31.645 benefícios para 125.546 habitantes, ou seja, um benefício para 3,96 habitantes¹⁰. Entende-se, com isso, a importância que tem essa política para a economia daquela população e, igualmente, os efeitos que ela produz em termos da aglutinação da população em torno de idosos.

9 CONFORME DADOS DA SEI/SEAGRI, CONSIDERANDO O CONJUNTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO TERRITÓRIO COM BASE EM SÉRIES HISTÓRICAS POR PRODUTO, OBTEMOS AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: 1) CONSIDERANDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS, A PRODUÇÃO DE 2008 É, APROXIMADAMENTE, A MESMA DE 1990; 2) EM 2000 HOUVE UM GRANDE SALTO EM TERMOS DE ÁREA PLANTADA E DE PRODUTO (NO CASO DO FEIJÃO), A PRODUÇÃO FOI QUASE SEIS VEZES MAIOR QUE A DE 1995; EM SEGUIDA, INICIA-SE UMA CURVA DECLINANTE ATINGINDO, EM 2007, PATAMAR PRÓXIMO AO DE 1990; 3) A SÉRIE HISTÓRICA É MARCADA POR GRANDES OSCILAÇÕES PARA A MAIOR PARTE DOS PRODUTOS E, CONSIDERANDO TODO O PERÍODO, PELA PERMANÊNCIA. MAS, FINALMENTE, CONSIDERANDO O VALOR MÉDIO PRODUZIDO POR ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, SENTE-SE A NECESSIDADE DE CONHECER AS OUTRAS FONTES DE RENDA DESSAS FAMÍLIAS E EM QUE PROPORÇÕES MÉDIAS ELAS SÃO COMBINADAS.

10 UMA DAS EXPLICAÇÕES PARA ESSA SINGULARIDADE É QUE OS BENEFICIÁRIOS DE APOSENTADORIA RURAL NEM SEMPRE SÃO HABITANTES DE ESPAÇOS RURAIS.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – é o principal instrumento de Política de Desenvolvimento para a agricultura familiar brasileira. No TIBJ, em 2008, ele injetou em torno de R\$ 8.316.000,00 para 2.715 contratos (média de R\$ 3.063,00 por contrato); menos de 10% dos estabelecimentos familiares do Território foram inseridos no programa. Isso significa, entre outras coisas, que, considerando o número de contratos e a média de valor alocado por contrato, do ponto de vista do Estado, a Política Pública de incentivo à agricultura familiar, pelo menos neste Território, não é uma política potencializadora do crescimento econômico ou do desenvolvimento rural¹¹. A maior parte (em torno de 90%) das famílias de agricultores do Território não é reconhecida por este instrumento de política.

Ainda nos anos 1980, a agricultura familiar do Semiárido foi incluída numa grande diversidade de programas de “desenvolvimento rural” e “combate à pobreza”. Desde o final dos anos 1980, num processo de descentralização, os estados nordestinos emergiram como os principais propositores/gestores desses programas. Na Bahia, a gama de programas que se situam nesse campo é relativamente larga e envolve, entre outros, os seguintes: Sertão Produtivo, Garantia Safra, Produzir, Semeando, Assistência Técnica (ATER) e Água Para Todos¹².

Considerando as informações disponíveis a respeito do desempenho desses programas para o período 2007-2010, constata-se que: mesmo tomados no seu conjunto, eles atingem cerca de 10% das famílias de agricultores do Território, o que coincide com os dados do PRONAF; a quantidade de recursos transferidos foi pouco significativa, de modo que, por exemplo, entre 2006-2010, o Produzir, que é o programa mais importante para a agricultura familiar do Território considerando o número de beneficiários e as quantias de benefícios, envolveu 3.417 famílias (cerca de 10% dos agricultores familiares do TIBJ) e R\$ 5.156.239,24, média de R\$ 1.509,00 por família (para cinco anos).

OPROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA E AS RELAÇÕES
DE GÊNERO E GERAÇÃO
NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SEMIÁRIDO
DO NORDESTE

AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS FAMÍLIAS ASSISTIDAS

De acordo com dados do Cadastro Único do MDS, entre 2007 e 2010, considerando o número de beneficiários do PBF, local de moradia (urbano e rural), gênero e frequência à escola, houve no TIBJ uma relativa estabilidade para essas variáveis. Apesar dessa estabilidade, dois pontos chamam a atenção. Primeiro, em 2010, quando a população era de 233.682 habitantes (IBGE, Censo de 2010), o número de beneficiários era de 50.889, sendo que aproximadamente 22% da população eram beneficiários do programa, sendo que 38% são de origem urbana e 62% são rurais.

Com relação à inclusão dos beneficiários no mercado de trabalho, considerando o total de declarantes (menos os que declararam que não trabalham e os aposentados), o número de trabalhadores sobe de 5.457 em 2007 para 6.703 em 2008,

11 CONSIDERANDO OS DADOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO, DE 450 FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, 20,8 AFIRMARAM QUE, EM ALGUM MOMENTO, FIZERAM FINANCIAMENTO VIA PRONAF, E APENAS 4 FAMÍLIAS RECEBERAM FINANCIAMENTO VIA OUTROS PROGRAMAS. DAS 450 FAMÍLIAS, APENAS 11% RECEBERAM ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ALGUM MOMENTO.

12 EMBORA SEJAM GERIDOS PELO ESTADO/BAHIA, GRANDE PARTE DOS RECURSOS ALOCADOS É FEDERAL.

desce para 6.051 em 2009 e sobe novamente para 6.338 em 2010. Finalmente, de todos os que se declararam “trabalhadores”, mais de 90% são rurais, o que indica, pelo menos, o caráter distinto do trabalho rural¹³.

No que tange à situação da casa dos beneficiários do PBF, considerando o período 2007-2010 verifica-se, primeiro, a diminuição do número de declarantes que moram em domicílio próprio e, na mesma proporção, inversamente, o crescimento do número dos que moram em domicílios não próprios; segundo, cresce o número de casas de tijolo/alvenaria e, nas mesmas proporções, diminui o número de casas de taipa e adobe; terceiro, cresce significativamente o número de casas cujo tipo de construção é situado entre “outros” (cresce em quase 236%).

As situações relativas ao abastecimento/tratamento de água, iluminação e esgotamento sanitário são as que mais chamam a atenção nesse campo. Com relação à água (rede pública, poço e outros), verifica-se um pequeno crescimento no número das casas que dispõem de abastecimento via rede pública, passando de 36,3% em 2007 para 42,4% em 2010 (63,7% em 2007 e 57,6% em 2010 situavam-se fora da rede pública)¹⁴. Nos quatro anos, em torno de 1/3 dos cadastrados se situaram entre “outros”, termo que pode envolver os que dispõem de cisternas para captação de águas de chuvas¹⁵. Mas, em todos esses casos, trata-se da disponibilidade de água para o consumo humano. Para o consumo animal e para a produção agrícola, a situação é muito mais precária. São raros no Território os agricultores familiares que dispõem desse tipo de água, o que afeta de modo considerável a produção agropecuária das famílias¹⁶.

Com relação ao tratamento da água (cloração, fervura, filtração, sem tratamento e outros), houve pequenas oscilações ao longo dos quatro anos. A cloração – passou de 9,1% em 2007 para 8,8% em 2010 - é feita, em geral, em águas de cisternas (captadas de chuvas); a utilização da fervura passou de 3,4% para 2,4%; a utilização da filtração (que é feita, em geral, em filtros simples de barro) passou de 66,8% para 73%; a não utilização de tratamentos caiu de 18,6% para 13%, que é um número ainda bastante significativo. Em 2010, cerca de 1/6 dos beneficiários do PBF no TIBJ consumiam água sem qualquer tipo de tratamento ou se situava em “outros”.

13 SE CADA DOMICÍLIO TEM, EM MÉDIA, 4,5 MORADORES, O NÚMERO DE FAMÍLIAS “BENEFICIÁRIAS” DO PBF NO TIBJ É DE CERCA DE 10.000. O NÚMERO DOS BENEFICIÁRIOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO VARIOU ENTRE 5.457, EM 2007, E 6.703, EM 2008. PODE-SE DEDUZIR, PORTANTO, QUE 3/5 DAS FAMÍLIAS TÊM PELO MENOS UM MEMBRO INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO E 2/5 DAS FAMÍLIAS ESTÃO FORA DESSE MERCADO (NÃO TRABALHAM). ESSES DADOS REMETEM, CERTAMENTE, AO QUE SE DEFINE, NO TIBJ, COMO “TRABALHO”.

14 DISPOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA VIA REDE PÚBLICA NÃO SIGNIFICA, SEMPRE, QUE A ÁGUA CHEGA ATÉ A CASA; EM MUITOS CASOS, ELA SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM CHAFARIZES COLETIVOS.

15 CONFORME DECLARAÇÃO FEITA EM 2010, PELO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DE UM DOS MUNICÍPIOS DO TIBJ, EM TORNO DE DUAS MIL FAMÍLIAS DO SEU MUNICÍPIO NÃO DISPUNHAM NAQUELE MOMENTO DE QUALQUER SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA, MESMO CISTERNAS OU CAIXAS.

16 . CONVÉM LEMBRAR QUE, NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, O SIGNIFICADO DA NÃO DISPONIBILIDADE DE ÁGUA PARA O CONSUMO ANIMAL TEM UMA DIMENSÃO MUITO MAIS AGRESSIVA HOJE DO QUE, DIGAMOS, TRINTA ANOS ATRÁS. O DESLOCAMENTO OU A CIRCULAÇÃO DE ANIMAIS PARA AGUADAS, POR EXEMPLO, ERA ALGO COMUM, O QUE HOJE NÃO É MAIS (IMPEDIMENTOS SANITÁRIOS, FECHAMENTO DE AGUADAS, A DISPONIBILIDADE DA “AJUDA” OU DA MÃO DE OBRA DA CRIANÇA, ETC.).

Em 2010, de acordo com os dados do CadÚnico, mais de 70% dos beneficiários do PBF tinham acesso à rede pública de energia elétrica (em contrapartida, cerca de 30% das residências continuam excluídas). Mas, se cresceu o acesso à rede de energia elétrica, o mesmo não se verifica com relação à rede de saneamento básico, principalmente no que se refere aos sistemas de esgotamento sanitário¹⁷. Nos quatro anos (2007-2010) permaneceu relativamente estável e muito baixo o número das moradias que dispunham de acesso a redes públicas de esgotamento sanitário: em 2010, atingia apenas 27,5% (esse número se refere, provavelmente, aos moradores de cidades). Pior ainda, mais de 45% não dispunham de qualquer sistema de esgotamento ou se situavam em "outros"; enquanto isso, 23,5% dispunham unicamente de fossa rudimentar.

Em síntese, as Políticas de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, incluindo o PRONAF, são seletivas e excludentes: apenas 10% dos agricultores familiares do Território acessam efetivamente essas políticas. Além disso, de modo geral, os que acessam o PRONAF são os mesmos que acessam as políticas estaduais de desenvolvimento e combate à pobreza.

Trabalho e Previdência são os instrumentos que mais injetam dinheiros nas famílias. A importância da Assistência Social (PBF) para a agricultura familiar do Território tem origem menos na quantidade de dinheiros transferidos para cada família e mais na sua qualidade e no grau da sua universalidade: o dinheiro chega como "uma benção", carrega consigo um sistema de crenças (o que remete ao "sistema de peritos") e condições, privilegia o vínculo com a mulher e as crianças, insere a família (principalmente a mulher e as crianças) em novas redes de sociabilidade e de controle político (principalmente as Secretarias Municipais de Assistência Social). O dinheiro do PBF é um dinheiro diferente, produz novos circuitos e afeta as estruturas de posições e de disposições dos membros da casa.

O PBF não atua como saneador de precariedades, mas, essencialmente, como mecanismo para o deslocamento do centro do sistema de precariedades, que vai da comida para as condições de humanidade. Por um lado, efetivamente, coloca-se mais e outras comidas na mesa das famílias; por outro, no entanto, as situações estruturantes (acesso à terra, à água, ao saneamento básico, às tecnologias para a produção agropecuária, ao financiamento...) não foram alteradas. No dia-a-dia, as famílias precisam continuar inventando modos de produzir a sua vida (buscar diárias em fazendas vizinhas, migrar para terras distantes, fazer coleta e artesanato, adquirir sementes e plantar na parca terra cuja titularidade é, muitas vezes, de outros...). Nos períodos de estiagem, cada vez mais frequentes (a natureza parece mais desequilibrada) e longos, essa precariedade manifesta-se ainda mais evidente, principalmente quando se tem que buscar, em lugares não muito próximos, a água para beber; ou quando se tem que esperar a chegada do carro pipa da prefeitura, com as suas condições.

OPROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA E AS RELAÇÕES
DE GÊNERO E GERAÇÃO
NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SEMIÁRIDO
DO NORDESTE

As condicionalidades embutidas no PBF escondem, além disso, por trás da comida, a necessidade de ajustamento à regulação de quem domina, desumaniza. A produção da “Convivência com o Semiárido”, pelo menos na perspectiva do Estado, torna-se mito, coisa do passado, substituída pela ideia da necessidade de convivência com o mercado (como consumidor e não como produtor).

DOS DESLOCAMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TIBJ

O PBF foi inventado pelo Estado com a intenção de inserir famílias nas redes de consumo. Mas, ao mesmo tempo, ele produz deslocamentos nas estruturas e nos modos de viver das populações situadas abaixo da linha da pobreza. Neste, mergulhando no miúdo da vida, procura-se identificar essas continuidades e mudanças no contexto da vida-rotina das famílias, provavelmente; poucas delas imaginadas pelos produtores do programa ou mesmo passíveis de identificação quando se considera a partir da dimensão normativa. A imersão dos pesquisadores na vida rotina dos “beneficiários” permite uma melhor apreensão dos modos como esses personagens desorganizam/reorganizam a sua realidade (as suas relações com os objetos que os cercam, as suas ações no mundo, as relações com outros personagens e, inclusive, os modos como produzem as representações sociais).

Quatro portas permitem a imersão dos pesquisadores nessa realidade: a das estratégias/ações de produção da vida, a da distribuição das tarefas entre os membros da casa, a das redes de sociabilidade e a dos cardápios/hábitos alimentares. É importante lembrar, ainda, que nesta parte do trabalho se lida com informações qualitativas produzidas no contato com 50 famílias de agricultores familiares “beneficiárias” do PBF. Além disso, considerando essas famílias como unidades primeiras da investigação, o foco se dirigiu para as relações entre os seus membros e, essencialmente, para as relações de gênero e geração: como elas são reconstruídas (ou não) a partir da apropriação e do uso, na unidade familiar, do dinheiro do PBF.

SOBRE OS SISTEMAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE VIDA

Nas últimas décadas, o TIBJ tornou-se um “território do dinheiro” (SANTOS, M., 1999); o dinheiro, a mais importante das “fichas simbólicas” (GIDDENS, 1991), tornou-se o sujeito principal na produção do Território e da agricultura familiar no Território. Além disso, a agricultura, que se fazia quase exclusivamente na articulação entre as economias gratuita e mercantil, viu a economia pública (o Estado “sistema de peritos”) tornar-se hegemônica nos processos de sua produção. Além de o dinheiro assumir o lugar das gentes e das coisas, o dinheiro público substituiu outros dinheiros, inclusive o do trabalho, alçando o Estado ao centro do campo da produção da vida.

Durante a realização da pesquisa, percebeu-se que, considerando a região e os seus personagens centrais, o entendimento dos deslocamentos nos sistemas e nos modos de produção da vida passa, primeiro, pela decifração do termo “trabalho” e, em seguida, dos lugares/trabalhos dos membros da casa. Para o agricultor

familiar do TIBJ, as atividades que contribuem para a produção da vida são plurais, e o trabalho é uma delas. Além da palavra “trabalho”, para identificar essas atividades, fala-se de “labuta”, “lida-lida”, “ajuda”, “adjutório”, “macacada”, “venda de diárias”, “bicos” e “assalariamento”. Aparentemente, elas se referem a um mesmo objeto (ações de produção de vida); no entanto, elas designam diferentes posições sociais e formas de estruturar relações, de modo que se pode agrupá-las em três conjuntos de sentido: 1) o trabalho como dito (ação produtiva “do homem” realizada no estabelecimento e que resulta em “produtos” para o consumo e/ou para a venda); 2) a “ajuda”, a “lida-lida” ou a “labuta” (as ações “das mulheres” e/ou “das crianças”, e, também, as ações repetitivas, mesmo quando realizadas por homens, como a de buscar água ou alimentar animais); 3) a “venda de diárias” a “macacada”, o “dia de macaco” e o assalariamento (atividades realizadas fora do estabelecimento, mediadas por terceiros e que têm a finalidade de produzir dinheiro).

Tradicionalmente, na região, o “trabalho” é atribuição do homem; mulheres e crianças “ajudam”. Mesmo no interior do estabelecimento (do sítio), o filho homem só “trabalha” quando é “liberado” pelo pai e/ou pela lei (as condicionalidades do PBF); ou quando casa: “desde os doze anos, eles ficam na angústia de quando poderão trabalhar”, dizia um agricultor de Pintadas. Só casa o homem que já trabalha, de modo que todo homem casado trabalha. Com a liberação para o trabalho, o filho/homem pode, também, trabalhar fora – “macacada”, “dia de macaco”, “venda de diárias”, “assalariamento” – para ganhar o seu dinheiro (frequentemente, isso se faz nas fazendas de café, laranja e cana do Sudeste).

Portanto, a ação do homem, além de ser ação “produtiva” (produz alimentos e dinheiro), cria o próprio homem (se torna homem pelo trabalho); extensivamente, cria a mulher e a criança como os que ajudam (excluídos do campo do trabalho). A ação da mulher pode ser reconhecida em alguns casos como trabalho: quando não há homem na casa. Mas, essencialmente, o trabalho produz o homem e, negativamente, a mulher e a criança, de modo que não é o trabalho que caracteriza a mulher e a criança, mas a ajuda, que é a negação do trabalho.

Esse modo tradicional de representar a produção dos indivíduos e da sociedade permanece na região, apesar de encontrarmos alguns sinais que apontam para o seu rompimento, tanto no âmbito das falas quanto da própria prática, como nos casos de grupos de mulheres que se associam para produzirem. Dois mecanismos contribuem, sobremaneira, para essa ruptura: a monetarização dos modos de produzir a vida (a chegada dos dinheiros de políticas públicas e a expansão do “trabalho assalariado”) e a “presença” das “condicionalidades” do PBF. Por um lado, não é mais só o trabalho (atributo do homem) que dá acesso ao dinheiro, de modo que o dinheiro deixa de ser coisa só de homem; por outro, com as crenças embutidas nos requerimentos das condicionalidades, a criança já não ajuda, ela estuda. O campo da ajuda encolhe: o jovem (homem) passa diretamente do “estudar” para o “trabalhar”, sem passar pela fase da ajuda; a jovem (mulher); intercala ajuda e estudo na preparação para o casamento. Além disso, hoje, entre os jovens, é quase unânime a voz que diz que o trabalho é um dos meios de obter dinheiro (o trabalho produz dinheiro). Poucos jovens homens consideram a possibilidade de trabalhar na própria roça.

Com essa monetarização das relações, com a quase universalização do PBF na agricultura familiar e com o adensamento das relações entre agricultores, o Estado e o mercado, são reestruturados os sistemas e os modos de produzir a vida. Essas mudanças se revelam na tensão entre trabalho e dinheiro e se desdobram nas relações entre os dinheiros de transferências públicas e dinheiros do trabalho; elas se revelam, igualmente, nas relações entre os sistemas significativos/normativos (Estado) e a vida-rotina dos agricultores.

Mas, ao mesmo tempo, salta aos olhos a naturalização que vem se estruturando nos modos de cumprimento das condicionalidades do PBF, sob a responsabilidade da mulher. Quase sempre sozinhas, as mulheres respondem pelas decisões de levar os filhos ao posto de saúde, pelo acompanhamento do calendário de vacinação, pelo controle do cartão de vacina e da matrícula escolar, mesmo nos casos em que contam com a presença do marido/companheiro na casa. Apenas em um dos casos, entre os cinquenta estudados, se afirmou que o homem divide essas tarefas. A responsabilização da mulher é acrescida, ainda, em decorrência, por exemplo, da ausência de um cônjuge (marido ou companheiro), cujos motivos envolvem desde a busca, por este, de trabalho em outras regiões do país, passando por separações conjugais de fato, ou pela inexistência de vínculos conjugais (mães solteiras).

Essa naturalização da responsabilidade pelas condicionalidades produz, pelo menos, dois efeitos. O primeiro remete à restauração - que está subjacente na formulação do Programa - do papel atribuído à mulher na "reprodução" da vida, nos "cuidados" com os filhos, na administração das coisas da casa, fixando e essencializando a mulher a partir das funções biológicas. A restauração desse papel foi fartamente verificada em conversas com agentes governamentais locais - assistentes sociais, agentes de saúde, diretoras de escolas e professores -, quando inquiridos sobre o cumprimento das condicionalidades. O segundo ponto se refere ao consenso que se estabeleceu sobre a legitimidade da preferência das mulheres pelo Programa. Entende-se, nas comunidades visitadas, que o acompanhamento do calendário de vacinas e da vida escolar é um atributo "natural" da mulher, que cuida melhor da casa e sabe melhor das necessidades.

Em síntese, com a apropriação de dinheiros e de crenças embutidas nas políticas públicas, particularmente nas condicionalidades, os agricultores familiares do TIBJ reestruturaram os modos tradicionais de produzir a vida: 1) o dinheiro tornou-se a "ficha simbólica" e o personagem principal, subordinando a ele o próprio trabalho; 2) o trabalho no sentido estrito mantém-se como atribuição do homem; 3) o trabalho no sentido largo (combinação de uma multiplicidade de atividades incluindo a ajuda) torna-se uma atribuição do adulto e exclui a criança/adolescente (divisão por idade); 4) o cuidado da casa e de tudo que isso implica (condicionalidades) é atribuição quase exclusiva da mulher; 5) o sistema de produção de vida, que resultava da tensão entre as economias gratuita e mercantil, estrutura-se hoje na combinação/descombinação de três economias, com a hegemonia da economia pública e do seu dinheiro; 6) o Estado "sistema de peritos" torna-se a ficha simbólica mais importante para a definição, na agricultura familiar do Território, do que é certo e errado, justo e injusto; 7) com a apropriação dos dinheiros dos programas

de políticas públicas, principalmente do PBF, com as suas condicionalidades, foi reajustada para cima a escala de inserção das famílias na sociedade/mercado; 8) na nova escala de inserção, a contribuição solicitada de cada uma das economias para a produção da vida foi requalificada; 9) o dinheiro do PBF se torna central na nova escala de inserção social: o fortalecimento do consumo de bens e serviços no mercado; 10) adultos e crianças, mulheres e homens: as suas posições e funções nas estruturas dos sistemas de produção de vida foram alteradas, dando origem a novas tensões entre eles.

A DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS NAS UNIDADES FAMILIARES

Dessa monetarização das relações sociais e das estratégias de produção de vida decorrem mudanças nas estruturas de posições dos indivíduos nas unidades familiares e na distribuição das tarefas em, pelo menos, três campos: 1) desvincula-se a criança/adolescente dos ambientes da produção de alimentos/bens e da produção de renda/dinheiros para situá-lo na escola (condicionalidade); 2) com relação à produção de alimentos/bens para a unidade familiar e a produção de renda/dinheiro para o acesso ao mercado de bens e alimentos, o eixo forte tende a deslocar-se do primeiro para o segundo (produção de renda/dinheiros)¹⁸; 3) opõem-se as diversas formas de produção/acesso ao dinheiro, dando origem aos diversos dinheiros: o dinheiro que resulta diretamente do trabalho, o dinheiro do PBF, o dinheiro dos bicos, o dinheiro das aposentadorias/pensões, o dinheiro do jovem. Com essas mudanças que estabelecem o primado do dinheiro, enquanto alguns dinheiros são vinculados ao homem, outros são da mulher e outros dos jovens. Essas diferenças entre os dinheiros dos indivíduos se manifestam, essencialmente, no seu uso: quem decide sobre o seu uso e em que é usado. Mas, se produção/apropriação de renda/dinheiros torna-se estruturante nos modos de produzir a vida, a economia gratuita não desaparece, mas se refaz nas novas circunstâncias, ganhando novos sentidos. Essas mudanças nos sistemas de produção de vida repercutem nas estruturas de distribuição de tarefas entre os membros das unidades familiares, dando origem a novas combinações/descombinações.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho no âmbito das unidades familiares, aos homens cabe, ainda hoje, a responsabilidade pelas atividades ditas “produtivas”: trabalhar, vender, trocar, comprar, decidir sobre o que produzir e o que comprar; à mulher cabe cuidar da casa, dos filhos, dos pequenos animais, da horta, do artesanato feito “nas horas vagas”, buscar ajuda de parentes e vizinhos, providenciar água para o consumo; aos filhos cabe estudar; aos jovens cabe preparar-se para o casamento (emancipação). Ou seja, as tarefas da mulher são vinculadas aos usos e ao consumo da família. Essa divisão de tarefas é portadora de um caráter valorativo, que repercute, por exemplo, pelo menos no plano da representação, em maior ou menor autoestima. Esta continuidade na divisão sexual das tarefas legitima o homem no exercício do controle e da gestão dos recursos financeiros

OPROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA E AS RELAÇÕES
DE GÊNERO E GERAÇÃO
NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SEMIÁRIDO
DO NORDESTE

18 A ECONOMIA GRATUITA OU ECONOMIA DO DOM (ESTABELECIDA NA RELAÇÃO COM VIZINHOS E PARENTES), EMBORA IMPORTANTE PARA A PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS NA REGIÃO, SEMPRE FOI CONSIDERADA COMO UMA FORMA COMPLEMENTAR DE OBTENÇÃO DE MEIOS DE VIDA.

gerados na família e vincula o homem à produção, seja no estabelecimento ou fora dele: "se não tiver trabalho por aqui, eu vou sair pelo mundo". A mulher não sai para o mundo, repete as atividades de sempre.

Mas, com o PBF, abriu-se para a mulher um novo campo de atividades, sem alterar significativamente o anterior: ela é a responsável junto ao Estado, responsabilidade que envolve a realização das condicionalidades do programa. Em uma das rodas de conversa, foi emblemática a fala de uma das mulheres: "a mulher trabalha na casa e na roça também, enquanto o homem faz serviços fora ou presta diária na terra de outras pessoas". A mulher sempre foi para a roça, sempre "ajudou" o homem no seu trabalho na roça; mas, atualmente, quando aumenta o tempo do homem fora da própria roça, aumenta o tempo da mulher na roça, onde ela assume, frequentemente, a direção da atividade.

Na fala da mulher está em jogo o "fora" e o "dentro", como demarcadores de lugares e de posições que homem e mulher ocupam na distribuição das tarefas no âmbito da unidade familiar. Por um lado, o trabalho "dentro" é assumido majoritariamente pelas mulheres e aquele realizado "fora" é atribuído ao homem; por outro, está em andamento um processo de redefinição sobre o que é dentro e o que é fora, de modo que o fora que se concentrava na roça se torna cada vez mais o fora do estabelecimento. Além disso, quanto mais se desloca a atividade do homem para fora do estabelecimento, mais ele carrega consigo o conteúdo do termo trabalho: trabalhar é uma atividade feita fora: "o homem trabalha quando arranja serviços". A ação da mulher na roça, que antes era própria do homem, é desqualificada.

Contribui para a produção/reprodução dessa desigualdade de gênero o desencontro entre as políticas de desenvolvimento rural, como o PRONAF, vinculado principalmente ao homem (são raras as mulheres no Território que acessam o PRONAF), e as políticas de assistência social, como o PBF, explicitamente vinculado à mulher. Essa divisão – com raízes nas estratégias ideológicas e normativas do Estado e que envolvem, na ponta de baixo, os seus agentes extensionistas e de assistência social – contribui significativamente para a demarcação e a naturalização dessa divisão sexual das atividades na família. O Estado ganha substância enquanto "sistema de peritos".

Essa assimetria nas relações de gênero nos sistemas de distribuição das tarefas nas unidades familiares se reproduz nas relações entre gerações. Na distribuição das tarefas nas unidades familiares referentes aos filhos e filhas, se reproduz o mesmo padrão verificado na relação entre o pai e a mãe. Se, por um lado, a ajuda das crianças e dos adolescentes foi transformada em trabalho e substituída pela escola (condicionalidade), por outro, as expectativas que se tem com relação ao menino e à menina diferem. Na convivência diária com muitas famílias percebeu-se que as meninas dividem o seu tempo ajudando a mãe nos afazeres domésticos e na dedicação aos estudos; enquanto isso, alguns dos filhos mais velhos acompanham o pai em atividades da roça. Mas, em geral, eles não vão para a roça para não perderem aula: "eles gostam de estudar, não perdem aula e querem continuar estudando pra mudar de vida". Curiosa é a fala dos meninos com relação às colegas na Escola Família Agrícola de Jabuticaba: "há disciplinas como zootecnia, que

as meninas não têm jeito para laçar um garrote”; um deles acrescenta: “só conheci na escola uma única menina que sabia ordenhar”; e outro: “as meninas preferem arrumar os quartos e limpar a escola”. A inscrição da ordem masculina nos discursos interdita tacitamente a inserção das meninas em determinadas atividades destinadas para os homens. Enfim, durante a pesquisa foi possível perceber a força expressiva com que as famílias projetam o futuro dos filhos a partir da crença na escola e no ganhar dinheiro. É com base nessas crenças que, muitas vezes, os filhos são poupados do envolvimento com afazeres domésticos ou de trabalho na roça. Pais e mães justificam o esforço que fazem para que os filhos estudem: “(...) quero que eles tenham um futuro que infelizmente não consegui conquistar”.

TRAJETOS E REDES DE SOCIABILIDADES DAS FAMÍLIAS

Em quase todas as famílias que participaram da pesquisa, a mulher detém o “cartão” do PBF, o que lhe dá o acesso ao dinheiro e à definição do seu destino e a torna reconhecida pelo Estado e no mercado. A posse do cartão afeta profundamente as suas rotinas e os seus trajetos, requalificando e alargando a sua rede de relações. Na pesquisa, acompanhando trajetos de mulheres e homens, jovens e crianças, foi possível identificar as “estações” (GIDDENS, 2003) ou os lugares no trajeto onde se adensam o tempo/espaço da realização da vida. Além da casa, posto de saúde, escola, feira, mercado, casa lotérica, banco, igreja e vizinhança são paradas obrigatórias onde se materializam a apropriação e os usos do PBF pelas famílias, com a mulher protagonizando as ações. Mas, cada membro da família tem as suas próprias estações. Seguindo as suas trajetórias e observando onde param e o que fazem nessas paradas, pode-se dimensionar o que são, para esses personagens, as suas redes de sociabilidade.

A forte presença de mulheres nas rodas de conversa realizadas ao longo das pesquisas, mesmo quando se teve o cuidado de convidar a comunidade, indica que é consenso na região que PBF se liga à mulher. Provocadas a falarem sobre o assunto, as mulheres, por unanimidade, concordaram em afirmar que cabe a elas a apropriação e o uso do dinheiro, pois, de acordo com as suas representações, elas sabem dar melhor destino ao dinheiro, que é destinado ao atendimento do que elas consideram as principais necessidades da casa. É um dinheiro para a casa e, portanto, deve ser gerido por elas. Ao serem provocadas pela pergunta: “(...) e se fosse o homem o que recebesse o dinheiro?”, a resposta começa com risos e com uma exclamação que faz coro: “hum... ficava metade no meio do caminho;” outras diziam: “todo não chegava em casa”; outra: “a mulher é que sabe o que precisa dentro de casa”.

Essa unanimidade forma redes sociais, estabelece vínculos e, principalmente, altera a posição da mulher na sociedade. Ela afeta a própria autoestima da mulher. A sua disposição para participar de encontros referentes ao PBF, chegando a enunciar iniciativas e/ou promessas de rompimento de relação de subordinação ao homem/marido, foi bem traduzido pela resposta de uma delas, quando a amiga lhe perguntava com quem havia deixado “os meninos”: “Ah! Deixei com ele e disse que tinha uma reunião do ‘Fome Zero’, e que ele tomasse conta dos meninos porque eu não sabia que horas ia voltar”. A fala, acompanhada de expressão de

contentamento e risos, indica um misto de vitória e dúvida. Atitudes assim foram verificadas em muitas comunidades, apontando para mudanças na rotina das beneficiárias do programa, que possibilitam ampliar as suas redes de relações, já que agora elas andam por outros caminhos e demoram em outras estações, para além das estações tradicionais da mulher local: a casa, os vizinhos e a igreja.

Mas, a despeito desses deslocamentos nas rotinas e nos trajetos que tornam as mulheres visíveis no comércio, nas filas das casas lotéricas e em estações que se tornaram obrigatórias para os beneficiários do Programa, e apesar de se ter instituído e legitimado a ideia de que o recebimento do benefício deve ser feito “preferencialmente” por mulheres, na pesquisa ficou nítida a impressão de que tudo isso é ainda insuficiente para produzir deslocamentos mais profundos nas relações hierárquicas de subordinação homem-mulher e, sobretudo, quando se refere à participação na esfera pública. Ficou visível que se reforça com o Programa, na prática e nas representações, o lugar/papel tradicional da mulher de cuidar da casa. Produz-se uma espécie de desencontro entre o alargamento “físico” dos trajetos e a manutenção da ideia de que o lugar da mulher é a casa. Se, por um lado, é quase nula a presença de mulheres em organizações sociais tradicionais (associações comunitárias, sindicatos, cooperativas) e que se situam para além dos trajetos “obrigatórios”, por outro, elas criam e ingressam em novas redes, e se encontram com mais frequência com pessoas que antes não faziam parte das suas redes.

Esses novos trajetos e paragens complexificam o seu território, abrindo o leque das sociabilidades advindas dos conteúdos novos de informações que são obrigadas a adquirir para atender às novas demandas do ser mulher, como a de ser responsável pela administração do cartão do PBF. Acompanhando mulheres nos seus trajetos, foi possível observar, por exemplo, para além das relações de mercado, o estabelecimento “espontâneo” de uma rede de “entre ajuda” e solidariedade que funciona, por exemplo, quando convém esclarecer dúvidas sobre os locais próprios para tirar a documentação ou sobre exigências do Programa e, ainda, para facilitar estratégias de acesso a locais e pessoas mais indicadas para resolver problemas.

Nas comunidades locais, o PBF estabeleceu-se como espaço de apoio mútuo, rompendo com a sua formalidade, que exclui relações de horizontalidade¹⁹. Os encontros se refazem em lugares tradicionais, como nas rodas de “cata/quebra de licuri”, ou em lugares novos, como postos de saúde.

Certeza e medo – medo por que não é um direito, é uma espécie de dádiva e é incerta – se misturam refazendo a vida da mulher. Se, por um lado, o dinheiro do Programa é certo (quantidade certa), contraditoriamente, é produtor de medo (a sua chegada é incerta). “Todo final de mês o medo bate”; por quê? “Medo de botar o cartão e não sair dinheiro; com que vou pagar as dívidas?” Os relatos expressam o caráter dessa vida precária, dessa nova precariedade, não mais necessariamente da falta de comida, mas de uma vida sujeita a determinações incontrolláveis, cada

19 O PBF É BASEADO EM RELAÇÕES VERTICAIS TENDO NOS EXTREMOS O ESTADO E A FAMÍLIA/INDIVÍDUO, MEDIADO POR UM SISTEMA TÉCNICO E PELAS CONDICIONALIDADES, QUE TRANSFORMAM O BENEFICIÁRIO EM OBJETOS DE CONTROLE.

vez mais fluídas e modeladas por programas que embutem incerteza, inconstância, imprevisibilidade. Institui-se um modo de vida que exige autorização do outro. “Hoje tem, amanhã não se sabe”. É assim também com o trabalho: não é “fixo” e nem “certo”. Daí os dias vividos sob-riscos e medos. Fragmentação, instabilidade, incerteza e fé (rezam muito) integram o cotidiano das famílias e afetam, sobremaneira, a mulher na condição de responsável pela casa, educação e saúde dos filhos, com o dinheiro “certo”, mas “incerto”.

DESLOCAMENTOS NOS HÁBITOS ALIMENTARES E NOS CARDÁPIOS

Embora a presença de produtos como o feijão, a farinha de mandioca, o feijão de corda e o fubá de milho, tradicionais produtos agrícolas das famílias, sejam consumidos quase todos os dias em quase todas as famílias pesquisadas, é em termos de continuidade/descontinuidade de hábitos alimentares, inscrita, inclusive, numa ordem geracional, que se expressam algumas exigências, antes ausentes, agora “naturalizadas”. Chamam a atenção, nas rodas de conversa, os conflitos de mães com relação a exigências de filhos pela inserção de alguns elementos no cardápio diário, marcando um ponto de clivagem na mudança de hábitos e de gosto:

[...] na mesa tem cuscuz e café, e o menino pergunta: cadê a manteiga? Não tem manteiga, não. Então eu não quero; é assim que eles respondem. A gente nunca teve manteiga e nunca reclamou; agora não, eles não comem o cuscuz sem manteiga. Vocês lembram? Era cuscuz seco [...].

O grupo confirma com entusiasmo e relata episódios semelhantes para confirmar: “hoje está tudo mudado”. Desses relatos pode-se inferir que, hoje, a decisão sobre o que consumir é pautada cada vez mais pela geração que experimenta o viver numa organização social definida pelo dinheiro e pela escola (merenda escolar), principalmente o dinheiro da economia pública, que traça contornos nas relações e nas dinâmicas sociais do TIBJ. No plano simbólico, nomes de alimentos antes comuns, a exemplo do “bengo” (animal parecido com o sariguê), “fufuta” (milho torrado, pisado no pilão, misturado com rapadura e cessado na peneira), “rabo seco” (mistura de farinha, pimenta e sal), dentre outros, são pronunciados pelas mulheres (nas rodas de conversa) como acidentes de vida cercados de um antes e um depois. É com certo constrangimento e como memória que os nomes desses alimentos aparecem nas conversas, diferente do modo como se referem aos alimentos adquiridos no mercado.

Durante as visitas, saltava aos olhos a presença marcante da bolacha, exibida em vasilhames para os pesquisadores e saboreada por crianças, numa expressão de detentora de um gosto de prestígio social, contrastando, no entanto, com as condições precárias de vida. Dados quantificados com base em questionário resultante de uma pesquisa anterior indicam que mais da metade dos produtos alimentares consumidos pelas famílias são obtidos por meio da compra e não mais da produção direta. Produtos até recentemente considerados estranhos, como pão, macarrão, embutidos industrializados, produtos enlatados, frutas, como a maçã e a uva, ingressaram no cardápio das famílias; enquanto isso, produtos de consumo

tradicional, como feijão, farinha de mandioca e milho são adquiridos no mercado, o que sugere a precariedade da produção no próprio estabelecimento.

Essa combinação de produtos tradicionais com novos e, também, a presença crescente de produtos adquiridos no mercado são indícios de uma continuidade/descontinuidade nos hábitos alimentares, favorecendo uma disposição de gosto por produtos produzidos fora do domicílio. Isso decorre em grande medida, da tendência para a monetarização das relações sociais e dos sistemas produtivos, articulada com a tendência de urbanização de hábitos, para o que contribui de modo significativo o ingresso das crianças na escola e, principalmente, em escolas localizadas na cidade. Essa disposição para a mudança dos hábitos alimentares é reforçada, ainda, pelo acesso à televisão, presente em quase todos os domicílios pesquisados.

Com relação aos hábitos alimentares, chamou a atenção, nas pesquisas, o pequeno peso relativo do consumo de aves e porco. Há não muito tempo, criar e consumir galinha, e também porco, era algo quase inerente ao ser agricultor familiar na região. Além de diminuir a produção desses animais, no mercado, a preferência recai sobre outras carnes, consideradas mais nobres, inclusive embutidos. Nas rodas de conversas ouviu-se muito falar do pão e do macarrão, dando a impressão de que são alimentos de todos os dias. Durante uma visita, perguntou-se a um grupo de crianças: "se chegasse alguém na escola e dissesse: hoje vocês poderão escolher entre feijão e macarrão, o que vocês escolheriam?" A resposta veio na forma de um grito: "macarrão!". Com relação ao feijão e ao arroz, que se acreditava estarem em todas as mesas da população do Território, mais de 30% das respostas a um questionário (foram entrevistadas 450 famílias) mencionaram estes produtos entre os de pouco ou nenhum consumo. Estaria em marcha na região, ao que parece, um processo de produção de novos padrões alimentares, formador de novos paladares, que exclui o que é da roça, principalmente por ser da roça.

Essa percepção não é um atributo exclusivo desta pesquisa. Em um dos municípios do Território, por exemplo, a Secretaria da Agricultura desenvolve um programa visando a interferir nesse processo. Dentre as atividades do programa, são realizadas oficinas com a finalidade de desenvolver tecnologias para o aproveitamento de produtos da região e de interferir no cenário das representações, produzindo novos nomes para determinados alimentos, frutas e legumes da região. Por exemplo, com relação ao umbu, fruta típica da região, aprende-se a fazer "conserva", que é renomeada e chamada "azeitona do sertão". Azeitona é um símbolo do mundo urbano.

Entende-se que há distintas maneiras de formar hábitos; e que a formação de hábitos se vincula às condições materiais dos sujeitos sociais que os produzem; e que estes sujeitos sociais se inserem em contextos (estruturas de tempos e espaços) determinados. Assim, por exemplo, nas circunstâncias atuais da agricultura familiar do TIBJ, o PBF constitui-se como elemento estruturante. O dinheiro do Estado e a voz do Estado (dos seus peritos) que são assimilados pelas famílias com a mediação das condicionalidades, são portadores de uma enorme capacidade de determinação: colocam no centro do cenário a mulher, a criança e a compra (de alimentos). Esse poder de interferência é acrescido na medida em que a criança vai para a escola, na cidade, onde recebe uma merenda que inclui, invariavelmen-

te, produtos industrializados; enquanto isso, a mulher vai para o Posto de Saúde, onde recebe formação sobre hábitos alimentares. Ora, a mulher é a encarregada de, ouvindo as crianças, colocar a comida na mesa. Estudo realizado em 2008 pelo IBA-SE (Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas) chega a conclusões similares às que se chegou neste trabalho: indica-se, por exemplo, que a dieta de 55% das famílias do PBF é composta por alimentos de maior densidade calórica e menor valor nutritivo; acrescenta-se, no mesmo estudo, que 21% dos beneficiários do PBF, cerca de 2,3 milhões de famílias ou 11,5 milhões de pessoas, se encontram em situação de insegurança alimentar grave; e que 34% dos beneficiários, ou 3,8 milhões de famílias, ou, ainda, 18,9 milhões de pessoas, estão em situação moderada (IBASE, 2008).

CONCLUSÕES

No TIBJ, a relação dos agricultores familiares com o Estado tornou-se estruturante nos modos de produção de sua vida. Não se trata, no entanto, de qualquer Estado, mas do Estado do PBF, um Estado que controla, pela via deste programa, dois poderosos mecanismos de “desencaixe”: as “fichas simbólicas”, particularmente o dinheiro, e o “sistema de peritos”, ou seja, a capacidade de produzir crenças pela disseminação de aparatos simbólicos e normativos.

Os agricultores familiares, ao se apropriarem do PBF, assimilando-o na produção do seu cotidiano, requalificam-se requalificando a própria realidade vivida. O PBF, na sua efetividade, deixa de ser, assim, apenas o programa formal, para tornar-se também um ingrediente nas estratégias de produção de vida de uma população. É, portanto, do encontro/desencontro entre esses dois personagens que emergem as principais expressões de deslocamentos na realidade dessa população.

Neste trabalho, fixando o olhar neste espaço, e através de pesquisas qualitativas, procurou-se cartografar expressões desses deslocamentos. Iniciou-se traçando alguns dos contornos do Território e do que caracteriza um dos seus personagens centrais, o agricultor familiar. Ambos - Território e agricultores familiares - foram qualificados como realidades situadas na fronteira da produção do humano, ou onde a desumanização se encontra/rompe com as perspectivas de produção do humano. A precariedade é o termo que permite ingressar nesse contexto e identificar, por um lado, o Território como território do dinheiro e, por outro, a agricultura familiar como uma realidade que se constitui na entreface entre as economias mercantil, pública e gratuita e onde a economia pública torna-se o agente/ingrediente principal para a produção da vida. Mas, para além dos deslocamentos nas estruturas da realidade, o que interessou neste trabalho foi identificar as mudanças produzidas no âmbito das relações de gênero e geração na agricultura familiar.

A família e, mais especificamente, a família “beneficiário” do PBF foi tomada como a unidade que estrutura a investigação. Olhando para a família foram abertas quatro portas que, conforme nosso entendimento, permitiriam o mergulho dos investigadores na realidade dos agricultores: a dos modos/estratégias de produção de vida, a da distribuição das tarefas na unidade familiar, a dos trajetos dos membros da família dando origem aos seus territórios e a dos cardápios/hábitos alimentares.

Situados nesse contexto, como conclusão do trabalho, pode-se alinhar pelo menos quatro grupos de considerações (que não esgotam a análise dos resultados da pesquisa, mas abrem portas para estudos futuros) ou ganchos que permitem identificar deslocamentos nas relações de gênero e geração na agricultura familiar do TIBJ:

1) A situação de precariedade – traço marcante na vida dessa população – ganha novos conteúdos e significados. Na agricultura familiar do TIBJ, tradicionalmente, a precariedade se manifesta nas estruturas fundiárias, nos sistemas de produção agropecuária, nos sistemas de tecnologias adotadas, nas relações dos agricultores com os “compradores de diárias” e agenciadores de mão de obra, no sistema de financiamento da produção e nas estruturas de moradia das famílias. Essa precariedade se desdobra, mais recentemente, com a disseminação pelo Estado/sistema de peritos da crença na superioridade do “habitus” urbano, com a substituição de políticas de desenvolvimento por políticas de assistência (de baixo grau de institucionalidade e pautadas pela transferência de mínimos existenciais), com a incapacidade das famílias de assegurarem a permanência das novas gerações no campo (e a reprodução da própria agricultura familiar), com a crescente necessidade de produzir/apropriar-se de mais e mais dinheiros para garantir a sobrevivência e com a criação de um clima de medo, um medo abstrato, “quase sem objeto”, inqualificado. É possível afirmar, nessas circunstâncias, que um dos traços mais marcantes da nova realidade da agricultura familiar do TIBJ consiste na combinação de um forte sentimento de insegurança, medo e fluidez.

2) No campo da produção da vida, as três economias se reconfiguram e se reestruturam as relações entre elas. O campo da produção da vida na agricultura familiar no TIBJ envolve estratégias onde se combinam/descombinam traços das três economias: mercantil, pública e gratuita. Mas, olhando numa perspectiva histórica, é possível afirmar que a configuração de cada uma dessas economias e, também, as estruturas e dinâmicas de relações entre elas passaram por grandes transformações.

Os agricultores familiares continuam produzindo alimentos e uma diversidade de tipos de bens nos seus próprios estabelecimentos; eles continuam vendendo produtos da roça e da sua arte e comprando nos mercados; eles continuam vendendo diárias (que, também, continuam sendo chamados “dias de macaco”) e assalariando-se em regiões distantes para completar a renda e/ou para mudar de vida; entre vizinhos e parentes, eles continuam trocando e/ou doando ajudas, trabalho e coisas.

Mas, com a monetarização das relações, cresce a tendência em substituir a produção e a doação de alimentos e bens pela produção e doação de dinheiro. Além disso, se, por um lado, o lugar da produção de dinheiros tende a se deslocar do

interior do estabelecimento para fora (cresce a importância da venda de força de trabalho), por outro, com o crescimento relativo da importância da economia pública pautada na transferência de dinheiros, as estratégias de produção de dinheiros tendem a buscar um ponto de equilíbrio na relação com estratégias de apropriação de dinheiros.

3) Com as mudanças nas posições (estruturas) e nas disposições (estruturantes) nas relações entre as economias, mudam igualmente as posições/disposições dos membros da família na unidade familiar. Essas mudanças podem ser apanhadas a partir de uma grande diversidade de pontos de vista. No entanto, é no contexto das relações de gênero e geração que essas mudanças são mais visíveis. Na media em que o dinheiro se transforma em produtor de posições/disposições (monetarização), em que a apropriação de dinheiros (economia pública) se legitima e desloca (simbolicamente) para segundo plano as estratégias de produção de dinheiros (economia mercantil), e em que a mulher é alçada como o agente principal na apropriação de dinheiros (de transferências), alteram-se de uma só vez as posições/disposições dos membros da casa. A mulher deixa de ser aquela que apenas ajuda para tornar-se portadora de um cartão que lhe permite o ingresso (limitado, certamente, aos mínimos desses dinheiros) nos mercados e, também, nos sistemas políticos; por conta das condicionalidades dos sistemas de transferência/apropriação de dinheiros, os filhos deixam a roça para se tornarem estudantes. Na escola aprendem a “urbanidade” que inclui, por exemplo, hábitos alimentares e de relacionamento com as coisas do mercado. Indo para casa, essa criança passa a ditar novos hábitos, que produzem novos paladares. Nasce uma nova mulher e uma nova criança; mas, a “nova” é tão nova quanto precária, apesar de a precariedade, agora, não residir mais na pobreza de comida, mas na pobreza da desumanização: para legitimar o poder de quem o tem, ela é destituída pelo sistema de peritos da sua qualidade; nasce o “homem sem qualidade”, de Robert MUSIL (2006).

4) Produz-se, enfim, um deslocamento que não é, provavelmente, um verdadeiro deslocamento, pelo menos se considerado da perspectiva do Estado: da “Convivência com o Semiárido” para as rotinas do consumo. Nos tempos – não distantes – da efervescência dos movimentos sociais e do seu reconhecimento como interlocutores do Estado para a produção do desenvolvimento rural, a “Convivência com o Semiárido” era o lugar da agregação e de um projeto que se propunha a romper com séculos de dominação sobre as populações do Semiárido. Tendia-se, pelo menos no discurso e através de alguns instrumentos de políticas, a fortalecer a produção nos estabelecimentos de agricultura familiar ou a inserir o agricultor no mercado, fortalecendo a sua qualidade de produtor. Os novos modelos de políticas que propõem transformar os pobres em consumidores anulam a própria ideia de “Convivência com o Semiárido”, transformando-a, pelo menos na perspectiva do Estado, em um novo mito.

REFERENCIAS

CAZELLA, A., BONNAL, P. e MALUF, R. (ORG). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 1994.

CODES - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável**. Território Bacia do Jacuípe, 2010. Disponível em: <http://territoriobaciadojacuipe.blogspot.com/p/o-ptds.html>. Acesso em 23/10/2011.

GIDDENS, A. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. S. Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. Ed. S. Paulo: Annablume, 2006.

IANNI, O. **A mentalidade do homem simples**. In: IANNI, O. Sociologia e sociedade no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1975, p. 87-92.

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Repercussões do programa bolsa família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Relatório técnico (preliminar). 2008. Disponível <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/7M.pdf>. Acesso em 2/02/2011

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: Modernidade e História na modernidade anômala.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. S. **As Mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares.** In. Estudos Avançados, 14 (38), 2000. P. 268-278.

MUSIL, R. **O homem sem qualidades.** Trad. Lya Luft e Carlos Abbenseth. 1ª Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SABOURIN, E. **Camponeses no Brasil.** Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. **O Dinheiro e o Território.** In. Geografia. Ano I - Nº. 1 - Jan. - Jun. 1999. P. 8-9.

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil. Programa de Seminários Acadêmicos.** 5ª feira FEA-USP. Seminário nº 4/2004. In http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida – reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

OPROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA E AS RELAÇÕES
DE GÊNERO E GERAÇÃO
NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO SEMIÁRIDO
DO NORDESTE